**IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM HIPERATIVIDADE NA SOCIEDADE E COMUNIDADE ESCOLAR.**

Larissa Rodrigues da Silva Venturim Cardozo[[1]](#footnote-2)

RESUMO

O artigo objetivou analisar o processo histórico e de base legal que compreende a Educação Inclusiva, partindo de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, que contou em sua base legal com a Lei de Diretrizes e Base da educação, em suas três propostas, traçando uma aproximação com o Estatuto da Criança e do Adolescente que discute com teóricos que debruçaram sobre essa modalidade de educação. Os achados deram conta que ao longo da história da educação, esse foi um processo dicotômico, pois as propostas não estavam alinhadas ao contexto da inclusão do aluno ao mundo do aprendizado, mas atendia a uma determinação legal que levava para dentro da sala de aula o aluno com necessidades educacionais. Diante dessa constatação o artigo assume relevância cientifica, pois aponta caminhos que podem ser seguidos para a efetivação da proposta de uma educação efetivamente inclusiva que perpassa pela formação inicial do professor, mas que vai, além disso, pois requer que esse entenda essa proposta pelo viés do significado para a sociedade.

**Palavras-chave: Formação inicial, Professores e Comportamentos**

**RESUMEN**

El artículo tuvo como objetivo analizarelproceso histórico y de base jurídica que comprendelaEducación Integrada, a partir de una investigaciónexploratoriacon enfoque cualitativo, que se apoyóensu base legal conlaLey de Lineamientos y Bases de laEducación, en sus trespropuestas, trazando una aproximaciónconel Estatuto delNiño y del Adolescente, que discute conlos teóricos que hanestudiado esta modalidad de educación.Los hallazgosmostraron que a lo largo de lahistoria de laeducación, este fueunproceso dicotómico, ya que laspropuestas no estabanalineadasconel contexto de lainclusióndelestudianteenel mundo delaprendizaje, pero cumpliócon una determinación legal que llevó al alumnoconnecesidades educativas al aula.Ante estaobservación, el artículo asumerelevancia científica, ya que señalacaminos que se pueden seguir para implementar lapropuesta de una educaciónefectivamente inclusiva que permealaformación inicial del docente, pero que va más allá, ya que requiere que el docente comprenda esta propuesta a través del sesgo de sentido para lasociedad.

**Palabras claves:formación inicial, docentes y comportamentos**

1 INTRODUÇÃO

A legislação vigente é explícita quanto à imposição de ter que acolher e matricular todos os alunos independentemente de suas necessidades ou diferenças, contudo essa propositura não garante um processo inclusive, pois não é bastante apenas a obrigação de acolher, mas se faz necessário que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem, bem como lhe seja assegurado o desenvolvimento de suas habilidades e competências

Assim o artigo voltou seu mote para a Educação Inclusiva, quando descobriu que essa pode ser definida de várias maneiras distintas, mas chama a atenção, o fato de que todos a consideram um paradigma educacional em tudo, mas oposto ao eu propõe a Educação Especial dos tempos da LDB 5692/71.

Esta última segregava os alunos “diferentes” em instituições de ensino construídas apenas para o atendimento dos mesmos. Crianças e adolescentes que não se enquadravam nos padrões de “normalidade” definidos e aceitos pela sociedade ficavam à margem de todas as instituições sociais, a começar pela escola regular.

Em pleno século XXI, a Educação Especial Inclusiva pode ser prestada tanto em estabelecimentos que aceitam somente os alunos com necessidades especiais, quanto em escolas da rede regular de ensino, dependendo da opção feita pelos familiares ou responsáveis (LEIS Nº10.048 E Nº 10.098)

E, mesmo que as famílias escolham matricular seus filhos nas escolas especiais, os seus projetos político-pedagógicos são elaborados de uma forma tal que os alunos que passam por elas são preparados para a vida em sociedade, seja na escola, na família ou, mais tarde, no trabalho. Cada qual dentro de suas possibilidades e potencialidades, mas nunca fechados dentro de muros que impedem o crescimento e o desabrochar cognitivo destes indivíduos.

A Educação Especial Inclusiva atual é contra qualquer forma de estigmatização e discriminação. Valoriza as diferenças que marcam as pessoas e estimula os professores, os pais e os cidadãos em geral a aceitarem todas as formas de diversidade. No entanto, não basta querer aceitar. É preciso que haja uma mudança curricular ampla, bem como cuidados permanentes na formação e contínua atualização do trabalho docente. Apenas assim as determinações da LDB nº 9394/96 com relação a Educação Especial Inclusiva consegue sair do papel para a prática.

Frente às mudanças sociais vividas nos últimos anos, a escola assume o papel de gerenciador das mais diversas informações recebidas cotidianamente. Logo, assume o “desafio” e a tarefa de transformar toda a profusão de ideias e informações em conhecimento e em saberes.

Sob essa perspectiva, o processo de ensino e de aprendizagem deve pautar-se na construção pessoal e grupal, buscando momentos de trocas e de aprendizagens plurissignificativas.

É necessário incluir, ao espaço de sala de aula, questões referentes ao cotidiano e às práticas sociais, tratando de temas comuns à vida humana, como ética, solidariedade, respeito, cultura, cidadania e democracia.

Ao tratar de questões práticas do dia-a-dia, os elementos exclusão/inclusão devem estar inseridos em diferentes contextos de trabalho na sala de aula, em atividades que possibilitam os alunos refletir sobre esses elementos elencando perspectivas para a construção de uma sociedade mais igualitária.

O processo educativo deve ver na inclusão algo essencial à transformação social e como “instrumento valioso” na melhoria da qualidade de ensino, pois é na diferença que se compartilham opiniões, se alimentam ideias e conceitos e maximizam a educação como fundamental para a manutenção dos alicerces sociais.

O processo de ensino deve oportunizar a todos o seu desenvolvimento integral, incluindo, nos conteúdos, temas ligados à pluralidade cultural e étnica, às diferenças físicas e cognitivas que fazem parte do cenário escolar como de outros espaços da sociedade.

A inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais na rede regular possibilita um enriquecimento de todo o sistema de ensino, porque demonstra a confiança no crescimento de todas as pessoas, nas suas capacidades, nos seus sonhos de ser reconhecido e respeitado e, sobretudo, de ter uma vida bem melhor, em uma sociedade que não pratica a exclusão e que não deixa de fora grupos que são vistos como fora dos padrões ditos “normais” e homogêneos. Uma inclusão assim, portanto, indica a capacidade autêntica de a sociedade aceitar e encontrar o lugar exato para todos os seus membros que não correspondam a padrões estéticos ou cognitivos ditos “perfeitos”.

Sob o processo de inclusão, percebe que ensinar e aprender pauta-se nas experiências mútuas, na capacidade que o outro tem em me ensinar e querer aprender. Os conteúdos ganham dimensões maiores, já que são relativizados sob diferentes pontos de vista e sob diferentes realidades.

Afirma Mantoan (apud CAVALCANTE, 2005[[2]](#footnote-3)) que a escola tem que ser o reflexo da vida. Sendo assim,

[...] todos ganham um pouco com a educação inclusiva. Os alunos com necessidades especiais passam a ser mais bem aceitos com suas características, limitações e dificuldades de aprendizagem. Os professores exercitam sua capacidade de trabalhar com uma ampla gama de possibilidades, abrindo um leque de opções pedagógicas que a educação especial pura e simples, nos moldes de antigas Leis de Diretrizes de Bases não abarcava. (MANTOAN, apud CAVALCANTE, 2005, p. 25)

O processo educativo precisa ser amplo, aberto e democrático, que abarque o múltiplo, o heterogêneo e o diferente como elemento necessário a um ensino e à uma aprendizagem qualitativos e contextualizados, os quais são a mesma oportunidade de construção de conhecimento para todos, respeitando, sempre, sua individualidade, valores e limitações. Destaca-se que só se terá um processo educativo eficiente e significativo, quando houver uma prática pedagógica inclusiva, interagindo conhecimentos e afetividade. Quando se discute democracia, enfoca-se o princípio da igualdade, oferecendo oportunidades iguais a todos os indivíduos de uma mesma nação.

Para Severino (1994), a educação é concebida como a busca de humanização e como efetivação das mediações histórico-sociais do modo humano de existir. Cabe à educação investir nas forças construtivas dessas mediações,

[...] num procedimento contínuo e simultâneo de denúncia, desmascaramento e superação de sua inércia, de entropia, bem como de anúncio e instauração de formas solidárias de ação histórica, buscando contribuir, a partir de sua própria especificidade, para a construção de uma humanidade renovada. (SEVERINO, 1994, p. 148-149).

Desse modo, a educação inclusiva é o instrumento de luta contra as desigualdades sociais e por uma escola democrática, na qual todos, sem sombra de dúvida, possam se desenvolver cognitivo e afetivamente, defender suas ideias e fazer-se importante e valorizado pelo que é e por tudo que pode contribuir na construção de um mundo muito mais humano.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste projeto utilizaremos a pesquisa descritiva para tentarmos entendermos um pouco como se dá a escolha da escola, a formação inicial dos professores e a realidade das crianças que apresentam Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade-TDAH

Segundo Cervo; Bervian e Silva (2007), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades complexas.

Em síntese, a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade. A coleta de dados aparece como uma das tarefas características da pesquisa descritiva. Para viabilizar essa importante operação da coleta de dados, são utilizados, como principais instrumentos, a observação, a entrevista, o questionário e o formulário.

Educadores acreditam que um comportamento natural e agitado das crianças pode estar sendo diagnosticado como TDAH. Portanto, nem sempre uma criança com dificuldade em acatar regras e limites ou mesmo indisciplinada pode ser considerada hiperativa. No entanto, independentemente de ter ou não TDAH, todos os alunos devem ser trabalhados nas suas dificuldades de relacionamento com os colegas.

1. **REVISÃO DE LITERATURA**
   1. A REALIDADE EDUCACIONAL DA CRIANÇACOM SINAIS DE TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE-TDAH

Em pleno século XXI, a sociedade vem discutindo questões inerentes à inclusão. Porém, sabemos que não basta garantir apenas o acesso às escolas dos alunos com necessidades educacionais especiais. É preciso oferecer programas educacionais adequados às suas especificidades.

De acordo com Benczik, alguns aspectos que devem ser analisados quanto à escolha da escola e entre eles temos:O que a escola faz para receber tais alunos; Como o profissional é preparado para lidar com as diferenças existentes, dentro da sala de aula; Levar em consideração a quantidade de alunos por sala; Verificar se a escola apresenta uma política para ações disciplinares; Observar como se dá a comunicação entre família e escola.

Portanto, de maneira geral, a escola que parece ser a melhor para a criança com TDAH é aquela que valorize o desenvolvimento global, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais, valorizando e promovendo o desenvolvimento da criatividade e da espontaneidade. Mas para que esses progressos aconteçam de fato no âmbito educacional é necessário que de fato, todos que fazem parte desse processo estejam engajados para que haja mudança, mesmo que essas sejam em passos lentos. Por isso, é fundamental que a família seja parceira da escola, acompanhando de perto a escolarização do seu filho.

Visto que a inclusão ainda é um desafio para muitos professores, torna-se necessário discutir e significar algumas ações educativas viáveis a cotidiano escolar na busca por uma excelência no ensino.

O papel do professor neste contexto de inclusão é fundamental, logo, ele precisa buscar novos conhecimentos, isto é, necessita participar de cursos de formação, trocar experiências com os colegas e refletir, continuamente, sobre sua prática. Além do que, precisa contar com o apoio dos pais, da comunidade e da equipe pedagógica, pois juntos obterão um melhor desempenho no desenvolvimento das atividades com os alunos com necessidades especiais.

O processo é lento, no entanto, apresenta significados importantes para todos que nele estão inseridos. Para tanto, esses alunos precisam de estímulos a fim de desenvolver capacidades e alcançarem a aprendizagem.

A inclusão requer uma transformação integrada das escolas especiais e das escolas regulares, tendo sempre por perspectiva uma educação de qualidade. É relevante que todas as pessoas sejam “educadas” para perceber, incorporar e trabalhar os múltiplos desafios que se fazem presentes na luta por uma educação democrática.

Explica Brito (2005) que o professor, peça fundamental a essa realidade, precisa ressignificar sua prática a todo o momento, ampliando parâmetros pedagógicos para que todos os seus educandos precisam estar atreladas ao contexto de vida de seus alunos, enriquecendo, desse modo, sua atuação pedagógica.

É necessário que o docente conheça a família de seu aluno, suas condições sociais, econômicas e culturais como também o seu próprio aluno, suas necessidades e dificuldades educativas. Junto a isso, deve estar em constante aperfeiçoamento profissional, tendo um imenso prazer na sua escolha de trabalho.

**3.2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO INICIAL (GRADUAÇÃO) E CONTINUADA**

A formação dos professores baseada nas novas exigências da educação especial e nas políticas educacionais vem estabelecendo um debate muito grande sobre a inclusão e os recursos da educação especial na sua formação.

Alves (1996) diz: é necessário que a formação de professores esteja pautada e se efetive numa qualificação de ensino voltada para os fundamentos da educação para todos. Não cabe polemizar se a formação é generalista ou especialista, tem que haver uma mediação, para que nossos futuros professores estejam preparados para atuar e que possam realmente estar preparados para incluir aquele aluno especial que se encontra matriculados em sua sala.

Em cursos de formação, as teorias são exaltadas sem a preocupação com a prática, a fundamentação do ato de aprender repousa em princípios opostos ou diferentes do ato de ensinar.

O ato de ensinar interfere em todos os processos de comunicação humana, da ordem de sentimentos e dos hábitos, passando pelas representações sociais de seres envolvidos em interação ativa, numa instituição com dinâmica própria, num contexto dado.

O sistema educacional tem sem dúvida um grande desafio: garantir escolarização básica e eficiente para todos os indivíduos, inclusive aqueles alunos com TDAH, particularmente alunos que apresentam altas habilidades, precocidade, condutas típicas de síndromes, quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, sensoriais ou intelectuais. Esses alunos têm o direito de ter uma escolarização que possibilite sua interação com o meio, na busca de sua identidade como cidadão.

Muitos professores, experientes ou não, lutam contra a carência de um melhor preparo em sua formação, alguns fazem o que podem na busca de soluções para poder encontrar meios possíveis para lidar com essas situações, sem apoio algum da instituição, colegas, governo e do próprio sistema de ensino.

Para que haja mudança na educação inclusiva é necessário que na formação inicial sejam incluídos, em seu currículo, uma preparação para esses profissionais que irão enfrentar em seu dia-a-dia situações das quais precisam estar cientes e preparados para resolvê-las, uma vez que isso é uma realidade em nossos dias atuais, e que possam ter uma formação continuada e profissionais adequados para orientá-los, no próprio local de trabalho.

São essas iniciativas que irão garantir tanto para o profissional quanto ao aluno, uma melhoria na educação. Se as universidades começarem a preparar seus profissionais para uma educação inclusiva e tiverem apoio do governo, haverá uma grande melhora na educação.

Já o professor desempenha um papel crítico na experiência escolar da criança com sinais de TDAH, pois de sua compreensão acerca dessa questão, irá depender todo o processo de escolarização desse aluno. Conforme o professor o percebe, isso vai construindo todas as suas crenças e concepções a respeito dele. É útil que os professores tenham uma noção básica sobre TDAH, sobre as manifestações dos sintomas e as consequências, em sala de aula. Entretanto, que isso não sirva pra um rótulo e para a desistência dele. Que isso sirva para orientá-lo quanto ao planejamento de suas aulas, para compreendê-lo em suas necessidades e para estimulá-lo em suas potencialidades. “É importante organizar as coisas de modo a ter certeza de que a criança vai ter uma boa chance *de conseguir realizar o que está sendo exigido dela”* (MATOS, 2004 p. 63).

Segundo Goldstein e Goldstein (1990. p. 84), as intervenções no ambiente escolar são extremamente importantes. O professor apesar de encontrar dificuldade por não ter, em sua sala de aula, apenas uma criança com problemas de atenção e hiperatividade, tem a responsabilidade educacional no processo de aprendizagem desta. Portanto, todas as tentativas de recursos disponíveis devem ser utilizadas, sendo fundamental um trabalho colaborativo entre professores, equipe pedagógica e família.

Se o aluno possui um déficit de atenção e o professor o percebe como “distraído”, “desinteressado”, “preguiçoso”, essa concepção vai marcar a sua prática docente com ele, ou seja, não vai perceber que ele possui uma necessidade e, portanto não vai mudar sua estratégia de aula com ele. Esse aluno acaba sendo esquecido na sala de aula, se o aluno é hiperativo e o professor o percebe como “mal-educado”, “sem limites” etc., isso também vai marcar a sua prática docente. Sendo assim, esse aluno tem grandes possibilidades de ser também reprovado na vida. Isto é fruto da realidade desigual que vivenciamos e a escola tem encontrado dificuldades de resolver seus problemas de evasão e reprovação, fenômenos que constituem os principais entraves a progressão de nossos alunos, atribuindo a muitos deles o status de “excluídos”.

São análises que os professores fazem dos alunos, indicando “os que vão aprender” e “os que não vão”, os que vão ser bons cidadãos e os que não vão.

No momento em que se definem os que irão aprender, legitima-se a sua exclusão futura do rol de cidadãos. Uma exclusão já havia sido estabelecida muito antes, pelo estrato social em que nasceu, mas que de todo o modo, necessita do aval de alguma instância reconhecida como competente, para poder se manter por gerações e gerações. E, aqui a inclusão está sendo avalizada pela instituição escolar. (COLLARES e MOYSES, 1989)

Com isso, essas crianças são destinadas ao fracasso escolar, influenciado diretamente na aprendizagem, definindo assim o futuro dessas crianças. “Pode-se concluir que, embora os índices de retenção e evasão escolar apresentem uma relação nítida com o estrato social, a atitude premonitória da professora constitui um fenômeno que ocorre independentemente da inserção social da criança.” (COLLARES e MOYSES, 1989)

Estudos têm demonstrado que ao longo do seu desenvolvimento o TDAH parece estar associado a um grande risco de desempenho escolar, repetências, expulsões e suspensões escolares, relações difíceis com familiares, professores e colegas, desenvolvimento de ansiedade, depressão, baixa autoestima, problemas de conduta e delinquência, experimentação e abuso precoces de drogas, acidentes de carro e multas por excesso de velocidade; assim como dificuldades de relacionamento na vida adulta, no casamento e no trabalho (ALVES, 1996).

Sendo assim, nenhum professor tem o direito de prever a vida escolar de seu aluno, pois estará fazendo um julgamento do qual não terá disposição para ajudá-lo, pois ele já foi condenando mesmo antes de ter a oportunidade de aprender.

Cabe aos professores buscarem, a cada dia, conhecer melhor sobre o assunto, neste caso TDAH, para poderem amenizar o seu desgaste e do seu aluno, e que possa proporcionar uma educação de qualidade a todos, sem distinção.

**4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O docente deve dar uma atenção individualizada para o aluno PNEE, sem esquecer dos demais. Assim, a criação de diferentes situações para que todos possam participar e relacionarem-se é muito importante. Logo, é necessário trabalhar com os alunos elementos indispensáveis à vida em sociedade, como a cooperação, o respeito, a solidariedade, o amor e a amizade. O professor deve adquirir o hábito de elogiar a turma e apontar as falhas para que sempre haja o processo de reflexão e, por conseguinte, uma melhoria da prática educativa.

Segundo Lira e Bohadana (2002), na ausência de recursos didáticos, o docente deve confeccionar os materiais, adequando-os à realidade da turma, o que dinamiza o processo de ensino e de aprendizagem. As suas aulas precisam integrar todos os docentes, envolvendo-os em atividades dinâmicas, lúdicas e contextualizadas.

Tais ações educativas são indispensáveis ao processo de inclusão, o que melhora a eficiência do ensino e o nível da aprendizagem. A inclusão é um direito de todos os cidadãos, independentemente de suas deficiências e/ou habilidades, respeitando as diferenças e promovendo o crescimento individual e o crescimento do grupo.

**4.1 Discussão**

A maioria das crianças com uma história de hiperatividade apresenta problemas antes de entrar para a escola. Frequentemente, problemas como a hiperatividade caracterizam crianças com dificuldades sociais, de linguagem, de aprendizado e de comportamento.

Este tipo de descrição ajuda os pais a entender a extensão e a natureza dos problemas de seus filhos e a vincular esses problemas a situações específicas. É obrigação do especialista ajudar entender aquilo que lhe está sendo apresentado**.**

O professor desempenha um papel crítico na experiência escolar da criança com sinais de TDAH, pois de sua compreensão acerca dessa questão, irá depender todo o processo de escolarização desse aluno. Conforme o professor o percebe, isso vai construindo todas as suas crenças e concepções a respeito dele. É útil que os professores tenham uma noção básica sobre TDAH, sobre as manifestações dos sintomas e as consequências, em sala de aula. Entretanto, que isso não sirva pra um rótulo e para a desistência dele. Que isso sirva para orientá-lo quanto ao planejamento de suas aulas, para compreendê-lo em suas necessidades e para estimulá-lo em suas potencialidades. *“É importante organizar as coisas de modo a ter certeza de que a criança vai ter uma boa chance de conseguir realizar o que está sendo exigido dela”* (MATOS, 2004 p. 63).

Segundo Goldstein e Goldstein (1990. p. 84), as intervenções no ambiente escolar são extremamente importantes. O professor apesar de encontrar dificuldade por não ter, em sua sala de aula, apenas uma criança com problemas de atenção e hiperatividade, tem a responsabilidade educacional no processo de aprendizagem desta. Portanto, todas as tentativas de recursos disponíveis devem ser utilizadas, sendo fundamental um trabalho colaborativo entre professores, equipe pedagógica e família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos têm demonstrado que ao longo do seu desenvolvimento o TDAH parece estar associado a um grande risco de desempenho escolar, repetências, expulsões e suspensões escolares, relações difíceis com familiares, professores e colegas, desenvolvimento de ansiedade, depressão, baixa autoestima, problemas de conduta e delinquência, experimentação e abuso precoces de drogas, acidentes de carro e multas por excesso de velocidade; assim como dificuldades de relacionamento na vida adulta, no casamento e no trabalho.

Sendo assim, nenhum professor tem o direito de prever a vida escolar de seu aluno, pois estará fazendo um julgamento do qual não terá disposição para ajudá-lo, pois ele já foi condenando mesmo antes de ter a oportunidade de aprender.

A integração do aluno, portanto, é um desafio que deve ser enfrentado com coragem, determinação e segurança. A decisão de encaminhar um aluno para a classe de ensino regular deve ser fruto de um criterioso processo de avaliação. Finalmente, deve-se ter clareza que essa integração não passa exclusivamente pela sua colocação na turma. A verdadeira integração implica em reciprocidade. A criança poderá iniciar seu processo de integração na família, na vizinhança, na comunidade, participando de atividades sócio recreativas, culturais ou religiosas com crianças e adultos e dar continuidade a esse processo na escola especial ou regular, de acordo com suas necessidades especiais. Garantir ao aluno um processo de escolarização de qualidade é fator fundamental para sua integração plena.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, Nilda. (org). **Formação de professores:** pensar e fazer. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. **Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade:** atualização diagnóstico e terapêutica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BRASIL. **PNEE** (Projecto Nacional de Educação para o Empreendedorismo). Brasília: MEC-SEB. 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 5692/71**. Brasília: MEC-SEF, 1971.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 404/61**. Brasília: MEC-SEF, 1961.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases nº 9394 de 24 de dezembro de 1996. Brasília: MEC-SEF, 1996.

BRITO, F.L. **Por uma Gramática de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COLLARES, Cecília. Azevedo Lima, MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. **Preconceitos no cotidiano escolar:** ensino e medicação. São Paulo: Cortez: Campinas:Unicamp:Faculdade de Educação / Faculdade Ciências Médicas,1989.

Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre as necessidades educativas especiais. In: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

GOLDSTEIN, Sam; GOLDSTEIN Michael. **Hiperatividade**: como desenvolver a capacidade da criança. Tradução: Maria Celeste Marcondes. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

LIRA, G.; BOHADANA, E. **Portadores de deficiência auditiva:** novas tecnologias, novas perspectivas – III Simpósio da Educação da UEPG – Trabalho, 2002.

MATTOS, Paulo. **No Mundo da Lua:** perguntas e respostas sobre transtorno de déficit de atenção com hiperatividade em crianças, adolescentes e adultos. 4. ed. São Paulo: Lemos Editorial, 2004.

MONTOAN, Maria Tereza Eglér. (1997) **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon: Edtora Senac

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da Educação: Construindo a cidadania.** São Paulo: FTD, 1994.

1. Larissa Rodrigues da Silva Venturim Cardozo, Graduada em Pedagogia, [↑](#footnote-ref-2)
2. CAVALCANTE, Meire. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. **Revista Nova Escola**, ano XX, n. 182, maio de 2005, p. 24-26. [↑](#footnote-ref-3)